

CADEIAS REPRODUTIVAS DO TRABALHO¹

WORK REPRODUCTIVE CHAINS

Heloisa de Sousa²

<https://orcid.org/0000-0002-6522-1360>

Ivaldinete de Araújo Delmiro Gémes³

<https://orcid.org/0000-0003-2857-1502>

RESUMO

Neste artigo analisamos as configurações do trabalho doméstico e de cuidados na vida de uma mulher, moradora da cidade de João Pessoa, a partir da história de vida e observação direta de seu cotidiano e também de revisão bibliográfica e documental. Essa análise é baseada em parte dos resultados da pesquisa de doutorado *Trabalho Doméstico não-remunerado: rupturas, continuidades e adaptações do trabalho doméstico e de cuidados*. Utilizamos a abordagem interseccional como balizadora analítica dos dados obtidos. Por fim, encontramos a existência das cadeias reprodutivas de trabalho, uma rede complexa de trabalho invisível entre as mulheres, que expropria o tempo das mulheres, gera sobrecarga, e provoca o apagamento do fato histórico e geracional relacionado ao trabalho reprodutivo, como um trabalho das mulheres.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico não Remunerado; Divisão Sexual do Trabalho; Trabalho Doméstico e de Cuidados; Mulheres; Cadeias Reprodutivas de Trabalho.

ABSTRACT

In this article we analyze the configurations of domestic work and care work in the life of a woman who lives in João Pessoa, based on her life story and direct observation of her daily life, as well as a bibliographical and documental review. This analysis is based in part on the results of the doctoral research *Unpaid Domestic Labour: disruptions, continuities and adaptations of domestic and care work*. We use the intersectional approach as an analytical guide for the data obtained. Finally, we find the existence of reproductive work chains, a complex network of invisible work among women, which expropriates women's time, generates overcharge, and causes the erasure of the historical and generational fact related to reproductive work, as a work of women.

Keywords: Unpaid Domestic Labour; Sexual Division of labour; Housework and care work; Women; Reproductive work chains.

¹ Parte dos resultados de conclusão da tese de doutorado - Trabalho Doméstico não-remunerado: rupturas, continuidades e adaptações do trabalho doméstico e de cuidados (PPGCS/UFRN).

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: heloisadesousa@hotmail.com.

³ Prof. Dra. Ivaldinete de Araújo Delmiro Gémes - (Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA). Email: ivaldenetedelmiro@gmail.com.

1. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O debate sobre a igualdade dos sexos é muito mais antigo do que podemos imaginar. Desde as lutas anticoloniais e antiescavidão, as mulheres lutam por igualdade na América Latina. Nem sempre existe consenso a esse respeito, nem registros históricos dessa participação, mas existe concordância que a Revolução Francesa marcou o início do movimento organizado de mulheres. A partir de 1850, mulheres reivindicavam igualdade e direitos ao voto, ao divórcio, a estudar e a exercer determinadas profissões.

Para evidenciar que a questão do trabalho doméstico não é um tema novo, precisamos voltar um pouco no tempo e trazer a época e as condições em que nasce esse debate. Alexandra Kollontai, em plena Revolução Russa (1917), levanta a questão da emancipação da mulher, como mãe e mulher, para que haja a construção de uma nova sociedade, precisando, para isso, a reconstrução de uma nova moral sexual, que não fosse guiada pela moral burguesa, a qual impunha o casamento e a sagrada família como o único caminho para as mulheres. Para Kollontai, a luta pela superação da propriedade privada deveria coincidir com a luta pela igualdade entre homens e mulheres e com o amor livre. August Bebel, no livro *A mulher e o socialismo*, de 1879, também sistematizou sobre essa questão, do direito das mulheres ao trabalho e a crítica ao trabalho doméstico e à família, apontando a necessidade de liberar as mulheres dessas funções e de socializar essas tarefas com o Estado, no entanto, sem responsabilizar os homens para isso.

A participação ativa das mulheres nos processos de greves iniciadas na última década do século XIX, até os anos 1920, em várias regiões como Estados Unidos, Brasil e Europa, demonstrava a afirmação das mulheres como sujeitos políticos e como trabalhadoras, e o feminismo como corrente teórica e prática. Esse movimento que cumpriu com o papel de questionar as relações de opressão a que as mulheres eram submetidas e apresentar novas propostas de autonomia, liberdade, autodeterminação e emancipação humana para a sociedade.

O resultado da organização das mulheres foi a conquista de vários direitos ao longo do século XX, que se deu de forma desigual, a depender do contexto de cada país, e a instituição do 8 de março, como Dia Internacional da Mulher, resultado da história de lutas das grevistas e socialistas. Após esse período, houve a ascensão do fascismo e nazismo, o que causou um refluxo nas lutas feministas, tendo grande número de mulheres, durante o período da Segunda Guerra Mundial, assumindo a força de trabalho nas fábricas de armamentos e outros setores, no lugar da masculina.

O debate do trabalho doméstico ressurgiu a partir da segunda onda do feminismo, por volta da década de 1960, quando várias mulheres profissionais e de classe média, na Europa e nos Estados Unidos, trazem à tona a necessidade de ter um movimento autônomo de mulheres, de haver o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e de elaborar teorias feministas que questionassem as relações de poder construídas entre homens e mulheres e a produção de teorias baseadas unicamente na experiência masculina

como universal. É nesse período que surgem os estudos feministas para denominar as relações sociais de sexo, advindos inicialmente da França por volta dos anos 1970. Esses trabalhos davam conta de analisar a hierarquia entre os sexos que se articulam às categorias de classe e raça para analisar as relações sociais desiguais entre mulheres e homens.

A organização do movimento feminista serviu, segundo Hirata (2002, p. 596), “de base na França às primeiras aparições do termo “divisão sexual do trabalho” tinha uma ambição maior que denunciar desigualdades: sob o impulso do movimento feminista, tratava-se nem mais nem menos de repensar o ‘trabalho’”.

A divisão sexual do trabalho passou a ser evidenciada, nesses termos, com os estudos feministas na área da Sociologia do Trabalho. A partir deles, foi possível compreender e dar luz ao fato de que a classe trabalhadora tem dois sexos, conforme afirmou Elisabeth Souza-Lobo (2011).

O conceito de trabalho levado em consideração, até então, não abarcava o trabalho das mulheres (ARAÚJO, 2005). As teóricas da divisão sexual do trabalho provocaram a redefinição do conceito de trabalho ao ampliar o debate para as esferas da produção e reprodução.

Nesse percurso de diálogos, o movimento feminista contribuiu para alargar o conceito de trabalho e forçar as adaptações teóricas necessárias para entender a nova realidade que se revelava.

Como afirma Hirata e Kergoat (2007, p. 597), “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho que decorre das relações sociais de sexo; esta forma é modulada historicamente

e socialmente”. No entanto, há desigualdades nessa divisão, tanto em relação ao trabalho produtivo como ao doméstico.

Ocorre a hierarquização e valoração de cada um desses trabalhos, sendo o trabalho doméstico majoritariamente desenvolvido pelas mulheres, o qual foi desvalorizado e invisibilizado. No entanto, sem ele seria impossível a realização do trabalho assalariado. No caso brasileiro, existe uma dimensão racial no desempenho das relações de trabalho que não pode ser desconsiderada, já que o trabalho escravo foi fortemente empregado no país, atribuindo papéis desiguais e racializados na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo.

Assim, dividiram-se as esferas de produção da reprodução, destinando o trabalho de reprodução social às mulheres, que envolve um amplo leque de tarefas no mundo doméstico, e o trabalho remunerado, na vida produtiva, para os homens. Foi nessa separação que o cuidado de crianças, doentes e idosos, a limpeza da casa, a feitura dos alimentos, as compras, as atividades de lavar e passar roupas e muitos outros serviços domésticos tornaram-se meramente de responsabilidade familiar, sendo realizados principalmente pelas mulheres sem remuneração (BARCELOS, 2011).

Segundo Kergoat (2002), a divisão sexual do trabalho surge simultaneamente ao capitalismo e não seria possível a organização do trabalho assalariado sem a existência do trabalho doméstico. Ainda que existisse divisão de papéis entre os gêneros anteriormente ao surgimento do sistema capitalista, é com o surgimento do capitalismo que, pela primeira vez, ocorre a separação da esfera produtiva e reprodutiva.

É a esse trabalho que há pouco tempo nem mesmo era considerado trabalho a que estamos nos dedicando. As pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram um outro rumo quando a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo foi descoberto. Até então prevalecia a noção de que o trabalho doméstico seria um dote natural das mulheres ao casamento (SORJ, 2004). É nessa relação de trabalho constituída entre as duas esferas que queremos fazer falar, pois uma pergunta vem à tona: como as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, continuam a ser as grandes responsáveis por todo o trabalho doméstico não remunerado, sem amparo e apoio público e conseguem organizar essa dinâmica?

No Brasil, há uma ausência de políticas voltadas aos cuidados, e pela história de escravidão que marcou o país, as mulheres negras, que são as mais pobres, assumem a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados (GONZÁLEZ, 1983; SORJ, 2013; ENGEL; PEREIRA, 2015). É a racialização do trabalho reprodutivo no país.

As mulheres negras assumem a maioria do trabalho doméstico remunerado, trabalho este regulamentado apenas em 2015 pelas leis trabalhistas. Portanto, ao pensar no Brasil, há que se constatar a evidência histórica de que, ao adentrarem o mercado de trabalho, as mulheres brancas brasileiras já contavam com a força de trabalho precarizada e vulnerável das mulheres negras, que sempre trabalharam no Brasil desde sua diáspora. Há a racialização do trabalho doméstico brasileiro e a inexistência de políticas públicas que ofertem serviços de apoio para diminuir o conflito entre trabalho e vida familiar.

Quando uma mulher contrata uma outra mulher para desempenhar trabalho doméstico, ela está transferindo o trabalho dela para outra. E a empregada doméstica também tem seu próprio trabalho doméstico a desempenhar. É também essa trama que estamos perseguindo, independentemente de ser pago ou não. Como as mulheres resolvem esse imbróglio? Quem tem condições financeiras, paga, e quem não tem como faz?

A ausência desses serviços resulta na sobrecarga de trabalho para as mulheres e na radical desigualdade para as mulheres pobres, que não dispõem, muitas vezes, de recursos financeiros para delegar os cuidados a outras mulheres, e nem podem contar com o Estado nesse sentido, pois esse também não oferece serviços públicos capazes de incidir nessa sobrecarga. A superexploração e a sobrecarga são os resultados mais palpáveis dessas assimetrias. Assim, a divisão sexual do trabalho no Brasil deve ser tratada para além do isolamento de uma das categorias em questão (raça, gênero, classe), ou seja, a partir de uma abordagem interseccional.

2. TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

O conceito de divisão sexual do trabalho foi empregado e é aceito dentro do campo de estudos das Ciências Sociais. Ele vem da escola feminista francesa, no entanto, uma série de outros conceitos são utilizados, o do trabalho doméstico e dos cuidados. Este requer uma atenção

especial, isto porque ele pode ser desempenhado, com ou sem remuneração, e engloba uma série de atividades necessárias a serem delimitadas. A vertente ligada à corrente dos cuidados ou *care* está ligada à escola inglesa. O que seria então esse trabalho de cuidados? Os estudos ligados ao *care* também nascem da especialização do trabalho de cuidados com doentes e de empresas que surgem na área da saúde e da enfermagem responsáveis por atender doentes e idosos em seus próprios lares, o trabalho de *home care*. Trabalho este fortalecido num contexto de estado mínimo e política neoliberal. No entanto, adensam a essa vertente os trabalhos domésticos de cuidados com a casa, as crianças e os alimentos, já que, ao adentrarem os lares, os serviços de cuidado se deparam com uma série de outros trabalhos necessários para que o cuidado aconteça.

O entendimento, a partir de várias pesquisas, denotam o trabalho de cuidados como aqueles exercidos por cuidadores formais e informais. Os cuidadores formais são aqueles que possuem vínculos contratuais, mediante remuneração. Já os cuidadores informais são geralmente um membro da família, em sua grande maioria mulheres, que são as “escolhidas” por ter maior intimidade e habilidade para cuidar do outro e por ter maior disponibilidade de tempo. O aumento do número de cuidadoras e cuidadores está fortemente relacionado à precarização do trabalho, segundo Hirata e Guimarães (2012), e à migração do Sul para o Norte.

No Brasil, o *care* ou o cuidar tem significados difusos como cuidar da casa, cuidar das crianças, cuidar do marido e

dos pais. Além disso, está ligado a tarefas exercidas por mulheres ou pessoas submissas dentro da família, tendo sido elas, inicialmente, desempenhadas pelos negros e negras escravizadas e, posteriormente, por mulheres, em sua maioria negras e pardas.

Nessa perspectiva do cuidado, ligado às funções desempenhadas sem remuneração, ficam mais nítidas as malhas a que se ligam tal situação, sendo um trabalho calcado nas relações sociais de sexo. No entanto, quando passamos a analisar o desempenho do trabalho de cuidados com remuneração, temos que complexificar a leitura, pois estamos necessariamente analisando as categorias das relações sociais de sexo, classe e raça.

O trabalho doméstico e de cuidados, como me refiro nesta pesquisa, será abordado de tal maneira porque, no caso brasileiro, o trabalho de cuidados a alguém nunca se restringe apenas ao cuidado do outro, sempre se desdobra em outras tarefas que vão além do cuidado com a saúde. O trabalho doméstico, parte fundamental da divisão sexual do trabalho e que tem como as principais executoras as mulheres, seria constituído por toda a outra parte de trabalhos que não fosse cuidar dos outros, como tarefas de lavar, comprar, administrar, organizar, limpar, etc. No entanto, no Brasil, na maioria dos casos, o desempenho dessas funções se dá de forma combinada, independentemente de ser pessoa da família ou não.

No Brasil, a conciliação entre trabalho e responsabilidade com os filhos pequenos ainda continua, em sua maioria, com as mulheres. Aquelas que possuem condições financeiras delegam

a outras mulheres essa tarefa, de forma remunerada, e as que não têm condições recorrem a ajuda das mulheres da família.

A disparidade das políticas sociais brasileiras que dão conta de incidir sobre as desigualdades de gênero na execução do trabalho doméstico e de cuidados leva a um quadro de conciliação de trabalho para as mulheres, que significa na prática acúmulo. Hirata e Kergoat (2007) abordam essa questão no artigo *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*:

A questão não era simplesmente somar trabalho profissional e trabalho doméstico. Para ser mais precisa: ao fazer essa soma, logo nos demos conta de que as costuras do paletó 'trabalho', feito sob medida por e para as crenças economicistas, cediam facilmente nas cavas. Assim, pouco a pouco, caminhamos para uma definição não mais centrada na valorização do capital, e sim naquilo que alguns chamaram de 'produção do viver' (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Portanto, os estudos da divisão sexual do trabalho precisam ir além de apenas constatar as desigualdades mais do que provadas entre homens e mulheres na produção do viver, precisam questionar o porquê dessa permanência nas mãos das mulheres. Desse modo, é possível constatar também que a conciliação do trabalho doméstico e de cuidados com o trabalho produtivo não resolve a problemática, nem a delegação desses trabalhos a outras pessoas, pois estas são mulheres, permanecendo assim a mesma estrutura da divisão sexual do trabalho.

3. DADOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Segundo o relatório *Mulheres no trabalho: tendências 2016* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres continuam a enfrentar obstáculos significativos ao longo de sua vida profissional e que desde 1995, durante a Conferência Mundial sobre as Mulheres, até 2016 a “desigualdade entre homens e mulheres persiste nos mercados de trabalho globais, em relação às oportunidades, ao tratamento e aos resultados”.

Ainda segundo esse relatório, apesar da significativa melhoria nos níveis de educação das mulheres, isso não se traduz em uma melhoria na situação do trabalho. Além disso, em comparação com os homens, elas têm mais probabilidades de permanecerem ou ficarem desempregadas e, quando conseguem empregos, muitas vezes têm que aceitar os de qualidade inferior. E o relatório diz mais: “A desigual distribuição de cuidados não remunerados e das tarefas domésticas entre homens e mulheres entre as famílias e a sociedade é um fator determinante das desigualdades entre homens e mulheres no trabalho” (OIT, 2016, p. 3).

A OIT afirma que, em 2015, a disparidade de gênero na taxa de emprego atingiu 25,5 pontos percentuais em prejuízo das mulheres, apenas 0,6 pontos menos do que em 1995 e que o percentual de oportunidades de participação das mulheres no mercado de trabalho no mundo permanece quase 27 pontos abaixo das oportunidades dos homens.

Esses dados demonstram a situação de desigualdades a que as mulheres estão submetidas, as quais precisam trabalhar mais de forma não-remunerada, o que aumenta significativamente a pobreza feminina. Em todo o mundo, as mulheres representam menos de 40% do emprego total, mas constituem 57% das pessoas que trabalham a tempo parcial, o que revela a intermitência do trabalho feminino. Ademais, elas ganham 77% do que ganham os homens e ainda estão submetidas a interrupções no mundo do trabalho por conta da maternidade, que, pela informalidade característica de sua participação na esfera produtiva, as deixam mais vulneráveis e pobres. Essas inquietações vão de encontro ao que Bruschini (2006, p. 347) destaca ao afirmar que “a assimetria de gênero se encontra em franca reprodução no interior das famílias”.

A falsa compreensão de que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado não tem nenhum tipo de valor se expressa no fato de ter sido considerado como inatividade pelo IBGE até 2001. Ou seja, uma dona de casa que desempenhasse apenas as funções do trabalho reprodutivo era considerada inativa. Segundo a professora da UFRN, Jordana Maria de Jesus, que escreveu a tese de doutorado *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*, em 2018, se o trabalho doméstico não remunerado passasse a ser remunerado, renderia 600 bilhões de reais, o que representa 10% do Produto Interno Brasileiro.

Segundo a pesquisa Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, divulgada em 4 de março de

2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, o nível de ocupação das mulheres no emprego formal ou informal, na faixa etária de 25 a 49 anos, vivendo com crianças de até 3 anos de idade, foi de 54,6% enquanto o dos homens foi de 89,2%. Já aquelas que não têm crianças pequenas tiveram um nível de ocupação de 67,2% em relação a 83,4% dos homens. Esse dado está relacionado às mulheres brancas. Quando partimos para as mulheres negras e pardas, o nível de ocupação cai mais ainda, chegando a 49,7% em 2019. Mais um dado alarmante apresentado pelo estudo do IBGE é a discrepância em relação aos cuidados de pessoas e trabalho doméstico. As mulheres dedicaram quase o dobro de tempo a essas atividades que os homens: 21,4 h semanais contra 11 h.

Ainda segundo o Estatísticas de Gênero (IBGE, 2021), as mulheres têm mais formação: na população com 25 anos ou mais, 15,1% dos homens e 19,4% das mulheres tinham nível superior completo em 2019. No entanto, essa maioria não se expressa nos quadros das Instituições de Ensino Superior (IES) do país, pois apenas 46,8% dos professores das IES são mulheres. Além disso, apesar de estudarem mais, as mulheres ocupavam 37,4% dos cargos gerenciais e recebiam 77,7% do rendimento dos homens. Enquanto o rendimento médio mensal dos homens era de R\$ 2.555, o das mulheres era de R\$ 1.985. As mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e afazeres domésticos, com o registro de 22 h semanais em 2019, ante 20,7 h para mulheres brancas.

As mulheres que fazem parte dos 20% com os menores rendimentos trabalham em média 24,1 h nas atividades de cuidados e afazeres domésticos, enquanto as que se encontram nos 20% com os maiores rendimentos trabalham 18,2 h.

Mulheres que necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e de cuidados aceitam mais empregos em tempos parciais, com carga horária reduzida. Em 2019, cerca de um terço das mulheres (29,6%) estavam ocupadas em tempo parcial (até 30h semanais de trabalho), quase o dobro do verificado para os homens (15,6%).

As mulheres pretas ou pardas são as que mais trabalham em tempo parcial, 32,7% do total, contra 26% das mulheres brancas. Os homens em trabalho parcial eram 17,2% entre pretos e pardos e 13,5% entre brancos. As regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções de mulheres ocupadas em trabalho parcial: 39,2% e 37,5%, respectivamente.

Sobre a educação, em 2019, mulheres pretas ou pardas, entre 18 e 24 anos, frequentaram menos o ensino superior, 22,3%, quase 50% menos do que a registrada entre brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). A menor taxa de frequência escolar foi a dos homens pretos ou pardos (15,7%).

Ainda segundo a pesquisa *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*, em 2018, enquanto 30,4 % dos homicídios de mulheres ocorreram no domicílio, para os homens a proporção foi de 11,2%. As mortes de mulheres pretas ou

pardas apresentou um percentual de 1,4 – o que é 34,8% maior que para as mulheres brancas, que tiveram uma taxa de 1,1; fora do domicílio, as mulheres negras e pardas apresentaram uma taxa de 121,7% maior que as brancas - 3,8 e 1,7 - respectivamente.

Portanto, a questão central deste artigo é analisar como o trabalho doméstico não remunerado continua sendo uma atividade majoritariamente ligada às mulheres brasileiras, procurando entender as configurações do trabalho doméstico e de cuidados na vida das mulheres da cidade de João Pessoa, no caso desse artigo, na vida de uma mulher. Nossa tese é de que o trabalho doméstico não remunerado gera uma cadeia reprodutiva de trabalho, o que significa que a partir dela é que se torna possível que mulheres e homens possam trabalhar de forma remunerada, assim, muito mais trabalho reprodutivo é gerado e repassado para outras mulheres.

Para tanto, utilizamos como metodologia a entrevista, observação direta, revisão bibliográfica e documental, e o levantamento de dados para analisarmos as configurações do trabalho doméstico e de cuidados, utilizando a história de vida e o cotidiano de uma mulher, como forma de problematizar os dados apresentados pelos institutos de pesquisa brasileiros. A pesquisa de campo foi realizada de março de 2019 a dezembro de 2019, na cidade de João Pessoa (PB). Foram utilizadas técnicas de coleta de informações como história de vida, entrevista, observação e pesquisa documental.

No processo de pesquisa⁴, realizamos cinco entrevistas semiestruturadas,

⁴ Isso relaciona-se ao processo de pesquisa de minha tese, da qual este artigo apresenta parte dos resultados.

cinco histórias de vida e cerca de 360 h de observação direta ao longo dos meses de contato mais direto com as participantes da pesquisa. Aqui apresentamos o resultado de uma das mulheres envolvidas nesse estudo.

A participante teve o nome preservado pelo anonimato e aceitou participar de nossa pesquisa livremente. Aqui, por questões éticas, adotamos o codinome de Marinês para preservar sua identidade

Vamos utilizar a interseccionalidade como ferramenta teórico- metodológica para analisar a sua história de vida e experiência neste artigo. A interseccionalidade trata da “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019, p. 14). Dessa forma, também é, segundo Akotirene (2019, p. 14), uma ferramenta teórico-metodológica que pode ser utilizada para ver o “cruzamento e a sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”.

4. TRAJETÓRIA DE VIDA E OBSERVAÇÃO DIRETA DE MARINÊS

Marinês nasceu no dia 24 de fevereiro de 1967, tem 54 anos, é divorciada, mas tem uma relação estável com um homem há dez anos, só que vivem em casas separadas. Negra, de religião de matriz africana, o candomblé. Marinês tem o fundamental incompleto, tendo sido impedida de estudar devido à necessidade de trabalhar desde cedo em casa de família, como ela mesmo diz. “Eu nasci no interior, na

fazenda Olho d’água, no município de Catolé do Rocha, então o pensamento de meus pais era de que o estudo não tinha valor, o que tinha valor era trabalhar. Por isso, não tive oportunidade de estudar, nem eu nem nenhum dos meus irmãos. Para os meus irmãos, o destino era trabalhar na roça e para as mulheres nas casas de família. Minha família era de agricultores, todo mundo muito simples, mas sempre tivemos respeito”, disse.

“Quem cuidou de mim na infância foi minha avó e logo depois minha irmã mais velha”, explicou. Ela é faxineira diarista, mas já trabalhou como empregada doméstica. Tem 11 irmãos, sendo seis mulheres e quatro homens. Quem a iniciou como empregada doméstica foi sua irmã, que trabalha atualmente como governanta na casa de uma família rica na cidade de João Pessoa. Desde a adolescência, sua irmã trabalha nessa casa e levou Marinês para ajudá-la, mas, com o passar dos anos, Marinês achou melhor, dadas as circunstâncias de sua separação e de sua saúde, se tornar diarista. A sua irmã trabalha durante 15 dias ininterruptos, dorme no trabalho, e só então retorna à sua casa.

Marinês mora em uma pequena comunidade em frente ao muro do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, no bairro de Jaguaribe. Há 12 anos, ela fugiu de casa tendo que deixar a casa e os filhos para trás. Fugiu para não morrer de tanto apanhar do marido. Há 12 anos, não existia a Lei Maria da Penha e a situação foi enquadrada pela Justiça como abandono de lar. Foi morar com a irmã dela e pôde buscar seus filhos a partir daí. Hoje ela mora sozinha. Marinês tem 4 filhos, sendo duas mulheres, dois homens e 12

netos. Acolhe todos eles em sua casa, se for necessário. Ela teve uma doença grave, câncer de útero, doença já superada. Atualmente, trabalha fazendo faxina de segunda a sábado.

Hoje, tem um relacionamento com um rapaz 15 anos mais jovem que ela. Marinês diz ser discriminada pela família de seu atual marido por ser negra e de origem indígena. “Eu tirei ele da lama, da cachaça, ele não tinha nada, se ajeitou comigo e agora eles pensam que eu vou embora assim só porque eles querem?”, relata a diarista sobre uma possível separação. Marinês administra a grande labuta da série de faxinas que faz por semana, com os longos cabelos pretos de índia, pele negra e de beleza chamativa. Ainda mantém corpo bonito e tamanha vaidade em sua maquiagem constante e acessórios, como brincos, colares pulseiras. Alia a tudo isso um gosto por cerveja e saída com as amigas, apesar de relatar estar cansada dessas programações. Marinês é do candomblé, mas disse que essa religião é de muita responsabilidade e que ela não tem tempo para isto, apesar de dizer que é sensitiva.

Nas várias observações nas idas à casa de Marinês, pudemos perceber o quanto ela é o sustentáculo de todos os seus filhos e netos. Todos os dias, ela acorda cedo e só volta para casa à noite. Ela mora em uma quitinete muito bem organizada e limpa. Chega em casa cansada da faxina, mas sempre de batom e cabelo bem penteado, e logo vai recolhendo tudo pelo caminho, faz café, senta um pouco na cama, liga a televisão e logo lava a roupa que chegou da faxina. Nos finais de semana, ela sempre sai no sábado à noite e no domingo gosta de ir à praia.

Quando sua irmã está de folga, as duas vão à praia do Cabo Branco. Acompanhei Marinês algumas vezes ao seu local de faxina, não entrei, mas a acompanhei para sentir um pouco de sua rotina. Desde já agradecemos imensamente essa mulher tão atribulada de trabalho por aceitar participar dessa pesquisa. Minha admiração por essa mulher não desanimar, mesmo com as longas viagens nos ônibus cheios até chegar no bairro do Bessa e as longas jornadas de trabalho. Por semana, Marinês faz seis faxinas, arruma a casa, varre, lava, lava as roupas também e espana. Nesse local de trabalho em que a acompanhei, trabalha desde os 12 anos, pois ela e sua empregadora atual têm a mesma idade e é filha da empregadora da irmã de Marinês. “A gente brincava de boneca juntas, pois minha irmã me levava alguns dias junto com ela para o serviço quando eu ainda era criança. Hoje se eu adoecer no dia da faxina dela, ela não me paga e ainda junta todo o serviço a ser feito para a próxima semana. Diversas vezes quando adoço, peço um adiantamento e ela sempre nega”. Ela diz que justamente por causa dessa relação de amizade que ela admirava muito a profissão de médico, que é a do pai dessa patroa dela.

Marinês teve câncer de colo de útero aos 45 anos e ainda hoje tem sequelas no corpo. “Você imagina que eu fiquei com 40 kg? Eu uma marra dessa, né?”, relata. Quem cuidou dela foi a sua irmã, a mesma que a iniciou no trabalho doméstico remunerado. Sobre esse trabalho, ela diz: “Fazer faxina é uma coisa pesada, né? É diferente quando você trabalha fixa porque é como se todo dia você iniciasse do zero tudo de novo”.

Por causa da doença, do câncer que teve, Marinês recebia o Benefício de Prestação Continuada, mas perdeu o benefício e teve que voltar a fazer as faxinas para se sustentar. Apesar de ter trabalhado desde a adolescência, e mesmo tendo ficado com sequelas sérias, o Instituto Nacional de Seguridade Social não assegura aposentadoria em casos como o dela.

“Meu sonho é me aposentar um dia, agora não. Eu sou depressiva e se eu ficar em casa, eu piro. Eu adoro trabalhar, mas é ruim ter tanta instabilidade. Também quero que meus filhos possam se sustentar sem depender de mim, pois ainda hoje eu pago aluguel de uma de minhas filhas e ajudo a todos financeiramente”, conta.

Marinês tem renda de um salário mínimo mensal. Além de toda essa rotina, ainda arranja tempo para lavar as roupas do namorado dela, arrumar a casa dele e cozinhar para ele nos finais de semana.

Marinês trabalha como empregada doméstica desde criança, levada por sua irmã mais velha, as duas negras e pobres. Passou por violência doméstica e não teve oportunidade de estudar, fato que comprova o que apresenta a pesquisa Estatísticas de Gênero de 2021, segundo a qual as mulheres negras estudam menos, ganham menos e trabalham mais, de forma remunerada e não remunerada. Marinês é a que mais trabalha das nossas cinco pesquisadas.

A existência da violência doméstica na trajetória de Marinês aponta a coerência dos dados apresentados no Atlas da Violência 2020, do IBGE. Esse estudo aponta que as mulheres negras sofrem violência na Paraíba e ao mesmo tempo são desamparadas pelo Estado, conforme

Carla Akotirene narra também no seu livro *Interseccionalidade* (2019).

O fato de ser tida como quase da família, um argumento antigo utilizado desde a colonização, conforme descreve Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, nas relações de cunhadismo e compadrio, invisibiliza a exploração existente entre a patroa e Marinês, até que a patroa cresce e constata a posição de mulher branca de classe mais alta que a de Marinês e rompe com a identidade de amizade anterior, ao se tornar patroa. A empregadora branca destoa da empregada negra e pobre, apesar de serem mulheres e com a mesma idade, se distanciam pela classe que ocupam e pelas suas raças. Recai sobre Marinês o peso do poder da branquitude e do capital.

Também foi possível perceber como Marinês teve seu acesso negado em relação a seus direitos previdenciários, confirmando um dado do relatório *Mulheres no Trabalho* (2016), da OIT.

Outra realidade denunciada pelos movimentos de mulheres negras que percebemos na trajetória de vida de Marinês é a solidão da mulher negra e o preconceito sofrido por ela ao se relacionar com um homem branco, por parte dele e da sua família.

5. CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Segundo Ávila (2004), as mulheres criam redes baseadas na solidariedade para dividir o trabalho doméstico e de

cuidados. Essas redes podem envolver, em algum momento, remuneração ou não, pois são as mulheres que liberam o tempo de outras mulheres. A partir desse achado e do conceito de delegação de Hirata e Kergoat (2007), partimos para a observação e o trabalho de campo.

As mulheres da classe média e alta podem se apoiar no trabalho de outras mulheres para liberarem o seu tempo, por meio do emprego doméstico. Essa contratação produz uma subdivisão no interior da categoria das mulheres.

Federici (2019) afirma que a delegação de trabalho a outras é uma saída comum, remunerada ou não, para que as mulheres consigam viver. Se as mulheres com rendas mais altas conseguem contratar outras mulheres, as mulheres de baixa renda não podem contar com essa alternativa. “O que se produz neste caso são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas domésticas dentro da dupla jornada” (ÁVILA, 2004, p. 9).

Até os anos 1970, essa era uma questão completamente invisibilizada. Por outro lado, era fundamental para o patriarcado mantê-la silenciada, reforçando a violência de gênero, a dependência econômica das mulheres e as desigualdades entre os gêneros.

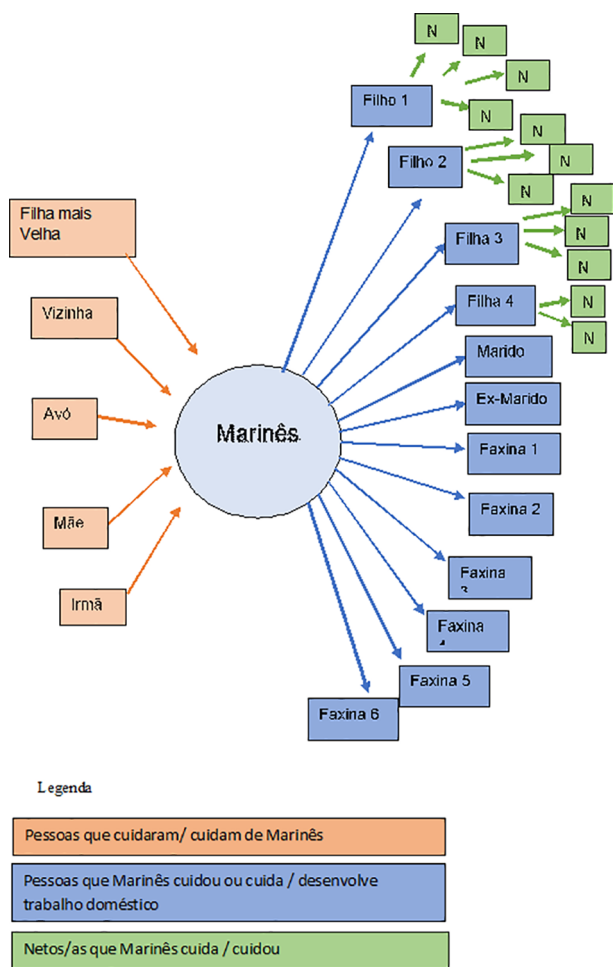
A ausência de políticas públicas implementadas pelo Estado que altere a desigual divisão sexual do trabalho resulta em um acúmulo excessivo de horas trabalhadas para mulheres, ainda difíceis de mensurar, apesar de todo o esforço da PNAD Contínua e das pesquisas de orçamento-tempo (SORJ, 2004; BRUSCHINI, 2006).

Somado a esse cenário, temos um quadro que afeta a esfera reprodutiva e a vida das mulheres, em que temos a baixa qualidade de serviços públicos, como assistência social e à saúde, e de serviços de cuidados para crianças, que combinem com os horários de participação das mulheres no mercado de trabalho. A sobrecarga que as mulheres passam muitas vezes resulta em doenças ocupacionais e de cunho emocional.

Algumas variáveis afetam as jornadas das mulheres, como ter filhos menores de 14 anos e serem casadas com homens. A exploração de gênero na sociedade permanece uma realidade, apesar de todas as conquistas, por isso, é importante produzirmos pesquisas que mostrem essa problemática, trazendo a reprodução para o centro do debate, por meio da categoria “mulheres”. Ademais, apresentar algumas soluções encontradas pelas mulheres para sobreviverem à apropriação do trabalho doméstico e de cuidados. Assim, apoiadas nessas redes, as mulheres conseguem garantir sua rotina de trabalho remunerado e outras atividades da vida.

É com base nessa conceituação que chegamos à tese de que existem **cadeias reprodutivas de trabalho**. Não necessariamente da maneira como está descrito por Ávila (2004), no entanto, com os elementos das redes presentes entre as mulheres que trocam trabalho umas com as outras para minimizar a falta de tempo e a falta de alternativa para suas vidas.

Figura 1 – Cadeia Reprodutiva de Trabalho de Marinês



Fonte: Elaboração própria (2021).

O percurso de Marinês no trabalho doméstico e de cuidados começa pelos cuidados recebidos pela mãe. Logo depois que sua mãe precisou se ausentar para trabalhar, passou a conviver mais tempo com a avó e a receber seus cuidados. Ela começa a trabalhar em “casa de família”, como ela se refere ao trabalho que realiza, a partir dos 12 anos. Casa aos 15 anos com seu primeiro marido e tem 4 filhos.

Após 20 anos de casamento, ela separa do marido. Sobre essa relação, relatou que sofreu muita violência e que seu cônjuge não participava das tarefas de casa. Trabalhava muito o dia inteiro, o que incluía ocasionalmente finais de semana e feriados. Marinês diz que criou os filhos praticamente sozinha e também acabava cuidando do marido, pois ela cozinhava e lavava suas roupas, combinadamente com o trabalho de doméstica que desempenhava à época. Nessa conciliação, ela contou com o trabalho de sua mãe e também de uma vizinha.

Ao se separar, fuga de casa, pois precisou fazer isso para sobreviver à violência, ela disse que seu trabalho doméstico não pago em casa diminuiu muito, mesmo depois de ter reavido a guarda dos filhos. Isso se explica porque nessa época seus filhos/as já eram adolescentes.

Após anos sem querer nenhum relacionamento, em suas palavras, “por medo da violência e também porque não queria colocar ninguém para conviver na vida dos filhos/as”, ela adoeceu de câncer. “Eu quase morri”. Nessa fase, sua irmã foi fundamental, revezou-se entre o apoio aos seus filhos/as e os cuidados diretos com Marinês. “Nesse período minha filha mais velha acolheu a minha mais nova”, explicou.

Outra questão pontuada por ela foi o fato de, sempre que necessário, ela fica com os/as netos/as, que são 12. Assim, ou ela vai até à casa deles/as, ou eles/as vão até à sua casa; ou, ainda, à casa da sua irmã, que é maior, e lá Marinês fica com os netos.

Pudemos observar que Marinês recebeu cuidados femininos vindos da filha mais velha, da vizinha, da avó, da mãe e da irmã. Ou seja, a partir de seu trabalho

doméstico e de cuidados não remunerado e remunerado, criou-se uma verdadeira cadeia a partir de si, reproduzindo a relação de cuidado entre os seus parentes e ativando outras cadeias com suas faxinas.

Vimos seu trabalho passar de uma geração para outra, assim como percebemos que, apesar da recepção de cuidados de sua cadeia advir de mulheres, Marinês executou/executa trabalhos para homens (marido, ex-marido, filhos), mulheres e crianças (netas e netos). Cuida diretamente de 12 arranjos familiares e indiretamente de 12 netas/netos, além das pessoas envolvidas no desempenho de seu trabalho como faxineira diarista.

Em 2019, o número de feminicídios de mulheres negras no estado da Paraíba foi o maior em relação a qualquer outra unidade federativa do Brasil. Segundo Akotirene (2019), as mulheres negras sofrem muita violência e ficam desamparadas pelas políticas públicas porque estas não atendem as suas necessidades específicas. A existência de delegacias de mulheres em áreas centrais das cidades, por exemplo, está em desacordo com as demandas das mulheres pobres e negras. Teriam que ser descentralizadas e instaladas, também, em áreas periféricas. Deveriam funcionar 24h, assim como os Centros de Referência das Mulheres.

Outro fato importante é que nem sempre as mulheres negras querem denunciar seus agressores, pois não os querem presos, uma vez que já são criminalizados pelo racismo, na sociedade, sendo considerados sem nenhum motivo como bandidos. As mulheres negras não querem o estigma de pai bandido para suas filhas e filhos. Digo isto aqui porque

encontramos na vida de Marinês a história de violência do ex-marido, tendo a mesma fugido para se salvar.

Recai sobre Marinês o peso do poder da branquitude e do capital em vários episódios de sua vida. Desde o fato de trabalhar tanto e ganhar tão pouco, até o fato de ter sido colocada em seu “lugar” de empregada doméstica negra, quando sua patroa, antes sua colega de adolescência, rompeu com qualquer relação de afeto e proximidade existente entre as duas.

Tal qual afirma Hirata e Kergoat (2007), a delegação de tarefas domésticas e de cuidados entre mulheres mascara o problema de fundo, ao mesmo tempo que cria desigualdades para o interior do gênero feminino. Quando uma mulher é liberada do trabalho doméstico e de cuidados, geralmente há outras mulheres em algum patamar inferior assumindo o posto. Mas o que fazer então para se livrar do trabalho doméstico e de cuidados?

Com a profissionalização, todas as mulheres têm a necessidade de delegar a outras mulheres tarefas domésticas, seja de forma remunerada, seja contando com os familiares. No entanto, essa constante delegação acaba provocando um duplo mascaramento de falsas soluções.

Essa delegação pode variar de configuração a depender da posição de classe, raça e gênero que as mulheres ocupem. Dessa maneira, confirmamos a tese desta pesquisa, que é a existência das **cadeias reprodutivas de trabalho doméstico** que pode requisitar ou não trabalho remunerado em algum nível no seu desenrolar. Esse conceito partiu da definição de Ávila (2009) sobre as redes de solidariedade que se constituem entre mulheres para resolver

o trabalho doméstico e de cuidados, mas vão além das redes de “solidariedade” descritas por Ávila (2009) e por Ávila e Ferreira (2014), pois elas demonstram o percurso histórico feminino de encadeamento de trabalho reprodutivo necessário para que as mulheres, em seus arranjos familiares, deem conta dessa gama de afazeres domésticos e de cuidados para a produção do viver (HIRATA; ZARIFIAN, 2009; HIRATA, KERGOAT, 2007).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “soluções” encontradas para resolver o trabalho doméstico e de cuidados são diversa, em que umas mulheres contratam trabalhadoras domésticas remuneradas, outras recorrem a vizinhas, amigas, filhas, mães e avós. Assim, formam as **cadeias reprodutivas de trabalho**, até então invisibilizadas com a potência e importância basilares para todo o trabalho desempenhado por elas em sociedade. As **cadeias reprodutivas de trabalho** têm a presença majoritária de mulheres, executando trabalho doméstico e de cuidados. Essas relações de trabalho passam de geração em geração como um problema feminino forçadamente naturalizado, invisibilizado e silenciado.

No Brasil, dados sobre o problema do trabalho doméstico e de cuidados eram invisíveis até 1992, quando foi desmembrado, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a categoria de ocupados e inserida a categoria “trabalhador doméstico” – serviço doméstico

remunerado – e a categoria “afazeres domésticos”, quando deixou de haver uma alternativa de resposta apenas para quem declarava não trabalhar. A partir disso, foi possível captar a complexa realidade que envolve as mulheres e seu mundo de trabalho, pois até então o trabalho doméstico não era contabilizado como atividade econômica nesse tipo de levantamento e sim como categoria de “inativos”.

No entanto, para além do paradoxo de concluirmos que, relacionado a esse tema, nada muda, é preciso avançar na constatação da permanência das mulheres nesse trabalho, porque as condições femininas de vida mudam ao longo da história, mas o que parece permanecer é a distância entre homens e mulheres, as desigualdades de gênero. Daí a importância das **cadeias reprodutivas de trabalho**, para visualizar as mudanças nos arranjos familiares, as permanências e as redes de pessoas formadas em torno de uma mulher, em relação ao trabalho doméstico e de cuidados, ao longo do tempo de vida das mulheres pesquisadas. E, isso, independentemente dessa mulher exercer ou não trabalho produtivo.

Mesmo as mulheres que não estão no mercado de trabalho têm cargas de trabalho intensas. De acordo com o relatório Estatística de Gênero (IBGE, 2014), as mulheres que não estão economicamente ativas, ou seja, as que não desempenham trabalho produtivo, são responsáveis por 34h de jornada de trabalho semanal, desempenhando afazeres domésticos, enquanto as mulheres que estão no mercado de trabalho somam uma jornada de 36,2 h por semana.

No caso das mulheres negras empobrecidas, o “destino” racial as empurra desde a infância ao serviço doméstico remunerado, sendo a trajetória de vida de Marinês uma expressão dessa dura realidade. Com pouco estudo e sem muitas alternativas, foi levada pela irmã mais velha para ser empregada doméstica, profissão que até hoje exerce, agora, como faxineira diarista. Claro está que mulheres negras e pobres ganham menos e sofrem mais violência doméstica na sociedade, assim como sofrem racismo.

Marinês tem uma carga horária intensa de trabalho remunerado, somada às horas de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, confirmando que é a mulher, de acordo com esta pesquisa, que mais trabalha. E esses passos vêm de longe. Quando era criança, logo soube pelos pais que estudar não era prioridade e que era preciso trabalhar na roça.

Assim, recaí sobre Marinês o peso do poder da branquitude e do capital em vários episódios de sua vida. Desde o fato de trabalhar tanto e ganhar tão pouco, até o fato de ter sido colocada em seu “lugar” de empregada doméstica negra, quando sua patroa, antes sua colega de adolescência, rompeu com qualquer relação de afeto e proximidade existente entre as duas.

As mulheres mais requisitadas a desempenhar o trabalho doméstico e de cuidados são as que têm sob sua responsabilidade crianças menores. As mães das mulheres em atividade remunerada, as avós, geralmente comprometem seu tempo com o cuidado das crianças menores para que suas filhas trabalhem. Em alguns casos, até mesmo a sogra assume esse cuidado, assim como as filhas

mulheres desde crianças são inseridas nas tarefas domésticas e de cuidados, aliviando a carga de trabalho de suas mães.

O trabalho doméstico e de cuidados envolve também afetividade, o que o torna uma questão muito complexa. No entanto, questionar essa dimensão afetiva do trabalho doméstico e de cuidados é fundamental.

É preciso falar da importância de cartografar essas **cadeias reprodutivas de trabalho**. Como resultado, descobrimos de forma inédita a existência das **cadeias reprodutivas de trabalho**. O que começou a partir da definição de “redes de solidariedade” de Ávila (2009); Ávila, Ferreira (2014), resultou em algo bem mais amplo, em um conceito muito além do das redes. Criamos uma nova metodologia, traçada a partir das trajetórias de vida, das entrevistas e observações das mulheres pesquisadas nesta tese, ou seja, do entrecruzamento do cotidiano, em uma perspectiva histórica e relacional, que se traduziu na sistematização de uma cadeia complexa de trabalho reprodutivo. Cadeia essa que passa de geração em geração entre mulheres, permanecendo de forma quase inalterada, ao longo do tempo, a responsabilidade majoritariamente feminina no desempenho do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

É preciso afirmar que o projeto político do capitalismo, aliado ao patriarcado e ao racismo, era de destruição das mulheres, tanto de seus corpos, como de seus pensamentos e sentimentos de comunidade. No entanto, o projeto de coletividade, de experiência comunitária e a resistência das mulheres, sobretudo das mulheres negras, demonstram que, apesar da destruição,

violência, misoginia, exploração, silenciamento, opressão e extenuação pelas horas de trabalho desvalorizado, continuamos firmes, solidárias e em luta.

Assim, chegamos à conclusão que o trabalho doméstico e de cuidados na dinâmica de Marinês é um processo alienado no seu fazer. Retira-se a importância desse trabalho para a sustentação do mundo, e, em uma esfera menor, para a sustentação da família. Basta visualizarmos a configuração da sua **cadeia reprodutiva de trabalho** para constatarmos quem é o sustentáculo da produção do viver da esfera familiar, mas não só; a noção de família também amplia-se para as mulheres, a qual pode conter uma vizinha, colegas de trabalho ou amigas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **Genêro nos Estudos de Gênero**. In: MORAES, Maria Lygia Quartim. Gênero nas Fronteiras do Sul. Campinas, SP: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero-UNICAMP, 2005. p. 85-96. (Coleção Encontros).

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: CES, 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014a.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014b. p. 13-49.

ÁVILA, Maria Betânia. **O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre Dominação/Exploração e Resistência**. 2009. 319 f. Tese (Doutora em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Perseu Brama: Edições Sesc SP, 2013. p. 231 -246.

BARCELOS, M. S. **A incorporação da família nos serviços de saúde: um debate a partir das concepções dos profissionais num hospital de alta complexidade**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, 1990.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.331-353, jul./dez. 2006.

CARNEIRO, Suely. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. [S. l.: s. n.], [200-]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 28 fev. 2018.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa. **El trabajo de cuidado**: historia, teoría y políticas. Madrid: Catarata, 2011.

CARRASCO, Cristina. Tiempo de trabajo, tiempo de vida. Las desigualdades de género em el uso del tiempo. In: AGUIRRE, Rosario; SAINZ, Cristina Gascía; CARRASCO, Cristina. **El tiempo los tiempos, una vara de desigualdad**. Santiago do Chile: Naciones Unidas:Cepal, 2005. p. 51-79. (Serie Mujer y Desarrollo, n. 65).

DIEESE. **Anuário das Mulheres Brasileiras 2011**. São Paulo: DIEESE, 2011a. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31B027B80131B40586FA0B89/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2014.

DIEESE. **As Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro**: informações qualitativas e quantitativas. [S. l.]: DIEESE, 2011b. Disponível em: http://projetos.Dieese.org.br/projetos/SPM/trabalhadorasDomesticasSP_Salvador/relatorioFinal.pdf. Acesso em: 8 abr. 2014.

DIEESE. **Cesta Básica Nacional**: salário-mínimo nominal e necessário. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ENGEL, C.; PEREIRA, B. C. J. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. **Revista Punto Género**, v. 5, n. 1, p. 4-24, nov. 2015.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Coletivo Sycorax, 2004.

GÉMES, Ivaldinete de Araújo Delmiro. **Um tempo para Pandora brincar**: etnografia acerca do tempo das operárias. 2012. 147 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Cultural; Cultura e Representações) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Brasília: ANPOC, 1983. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos.

GUIMARÃES, N. A; HIRATA, H. S; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. In: HIRATA, H. S; GUIMARÃES, N. A. **Cuidados e cuidadoras**: as várias faces do *care*. São Paulo: Atlas, 2012. p.79-102.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (org.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho de *care*. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, P. Trabalho (o conceito de). In: HIRATA, H. *et al* (coord.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 251 – 256.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, [São Paulo], v.37, n. 132, p. 595- 609, set./dez. 2007.

IBGE. **Estatística de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. IBGE: Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. **Estatística de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2019. IBGE: Rio de Janeiro, 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2009. Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2010. Síntese dos Indicadores Sociais 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2012. Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2013. Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2019. Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPEA. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2014.

IPEA. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. **Comunicados do Ipea**, [Brasília, DF], n. 149, p. 2-17, maio 2012.

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 20 out 2021.

JESUS, Jordana Cristina de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência**. 2018. 120 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. *In*: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Danièle. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. *In*: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 236- 247.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 183 sobre Proteção da Maternidade**. [S. l.]: OIT, 2000. Disponível em: http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300_INSTRUMENT_ID:312328. Acesso em: 02 nov. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Cartilha sobre trabalhador(a) doméstico(a): conceitos, direitos, deveres e informações sobre a relação de trabalho**. [S. l.]: OIT, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Mulheres no Trabalho: tendências 2016**. Genebra: OIT, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. *In*: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 107-119.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas intersecções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 43, n.149, p. 478-491, maio/ago. 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.